

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



SEXUALIDADE DA MULHER COM DEFICIÊNCIA: estigmas, invisibilidade e desafios para o reconhecimento de direitos

Dayanne Priscilla Dias Castro e Pessoa¹

Kelly Almeida de Oliveira²

Thelma Helena Costa Chahini³

Resumo: Apesar dos avanços nas discussões sobre diversidade e inclusão, a sexualidade ainda é tratada como tabu em diferentes contextos sociais. No caso das pessoas com deficiência, essa invisibilidade é ainda mais acentuada, marcada por estigmas que associam esses sujeitos à incapacidade e à infantilização, evidenciando lacunas nas políticas públicas e nas práticas educativas voltadas à garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar como os discursos sociais, culturais e médicos constroem estigmas em torno da sexualidade da mulher com deficiência, discutindo os impactos dessas construções sobre sua autonomia e o reconhecimento de seus direitos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizada por meio de levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da CAPES, em maio de 2025 e atualizado em agosto do mesmo ano, utilizando os descritores “deficiência”, “mulher” e “sexualidade”, combinados pelo operador booleano AND. Após aplicação dos filtros de acesso aberto e artigos revisados por pares, foram selecionados seis estudos. Os resultados indicam que a sexualidade da mulher com deficiência permanece marcada pela invisibilidade, pela negação ou silenciamento de seus desejos e pela falta de informações acessíveis, além de pressões sociais que desestimulam a maternidade e reforçam estruturas opressoras sobre esses corpos. O estudo contribui para evidenciar que a sexualidade dessas mulheres é atravessada por múltiplos marcadores sociais, reforçando a importância da abordagem interseccional para a compreensão e garantia de seus direitos.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Deficiência. Interseccionalidade.

SEXUALITY OF WOMEN WITH DISABILITIES: Stigma, Invisibility and Challenges for the Recognition of Rights

Abstract: Despite advances in discussions on diversity and inclusion, sexuality is still treated as a taboo in different social contexts. In the case of people with disabilities, this invisibility is even more pronounced, marked by stigmas that associate these individuals

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, campus Dom Delgado, São Luís/MA. dayannep.castro@gmail.com

² Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela REAMEC/UFMT. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA, campus Dom Delgado, São Luís/MA. ka.oliveira@ufma.br

³ Pós-Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos UFSCar. Doutora em Educação – UNESP. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusão GPEEL. Professora e Pesquisadora nos Programas de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação, pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, campus Dom Delgado, São Luís/MA. thelmachahini@hotmail.com

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



with incapacity and infantilization, revealing gaps in public policies and educational practices aimed at ensuring their sexual and reproductive rights. In this context, this study aims to analyze how social, cultural, and medical discourses construct stigmas surrounding the sexuality of women with disabilities, discussing the impacts of these constructions on their autonomy and the recognition of their rights. This is a qualitative study with an exploratory and descriptive approach, conducted through a bibliographic review in the CAPES Journal Portal in May 2025 and updated in August of the same year, using the descriptors “disability,” “woman,” and “sexuality,” combined through the Boolean operator AND. After applying the filters for open access and peer-reviewed articles, six studies were selected. The results indicate that the sexuality of women with disabilities remains marked by invisibility, by the denial or silencing of their desires, and by the lack of accessible information, as well as by social pressures that discourage motherhood and reinforce oppressive structures over these bodies. The study contributes to highlighting that the sexuality of these women is intertwined with multiple social markers, reinforcing the importance of an intersectional approach for understanding and ensuring their rights.

Keywords: Gender. Sexuality. Disability. Intersectionality.

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços nas discussões sobre diversidade e inclusão, a sexualidade ainda é tratada como tabu em muitos contextos sociais, seja na família, no ambiente escolar, onde falar sobre o tema pode gerar constrangimento, resistências e polêmicas. Porém, quando se trata da sexualidade das pessoas com deficiência, essa invisibilidade é ainda mais acentuada, pois prevalecem estigmas que associam tais sujeitos à incapacidade e à infantilização, negando-lhes o direito de viver plenamente suas experiências afetivas e sexuais (Goffman, 1988; Glat; Freitas, 1996).

A sexualidade constitui dimensão constitutiva da identidade humana, sendo atravessada por aspectos biológicos, sociais e culturais. Estudos apontam que esse processo se inicia desde o nascimento e vai se transformando ao longo da vida e está em categoria de igualdade com as necessidades consideradas essenciais, pois é inerente do ser humano ter necessidades afetivas e sexuais como contato, intimidade, expressão emocional e prazer.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Teixeira (2010) explica que ela é construída a partir de fatores anatômicos e psicossociais: de um lado, o corpo biológico; de outro, as experiências sociais e culturais, nas quais são definidos os papéis sexuais e de gênero considerados adequados. Nesse processo, cada sociedade estabelece normas de conduta sexual e, ao mesmo tempo, marginaliza comportamentos que fogem ao padrão aceito. A permanência de mitos e preconceitos em torno da sexualidade resulta da atuação desses mecanismos de controle social e psíquico, em que instituições como a escola desempenham papel regulador (Foucault, 1998).

Serra *et. al* (2020) ressalta que as questões de gênero estão relacionadas diretamente à sexualidade, não apenas pela diferença entre os sexos e pelo fator biológico, mas que, histórica e culturalmente a sociedade mostra não haver neutralidade sobre o conceito de gênero. Deste modo, ao relacionar gênero, sexualidade e deficiência, as autoras refletem sobre a visão que é colocada sobre as pessoas com deficiência, colocando-as como incapazes de fazer suas próprias escolhas, sendo impedidas de expressar seus desejos e ter domínios de decisão sobre seus corpos, sem que sejam validadas por terceiros.

Nesse cenário, a sexualidade das pessoas com deficiência é frequentemente desconsiderada. Persiste o imaginário social de que não possuem desejo ou capacidade de vivenciar experiências sexuais, o que contribui para sua desumanização. Ao negar-lhes o direito ao exercício da sexualidade, a sociedade reforça barreiras atitudinais que limitam o reconhecimento da diversidade de corpos e identidades.

Embora a sexualidade seja dimensão fundamental da experiência humana, a vivência sexual das mulheres com deficiência permanece atravessada por estigmas, invisibilidades e preconceitos que as reduzem a sujeitos assexuados ou incapazes de exercer autonomia sobre seus corpos. Diante disso, coloca-se a questão: como os discursos sociais, culturais e médicos produzem estigmas em torno da sexualidade da mulher com deficiência, e de que modo tais construções limitam sua autonomia e o reconhecimento de seus direitos sexuais e reprodutivos?

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



O presente estudo tem como intuito analisar como os discursos sociais, culturais e médicos constroem estigmas em torno da sexualidade da mulher com deficiência, discutindo os efeitos dessas construções sobre sua autonomia e o reconhecimento de seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como as formas de resistência que emergem frente a esses processos de invisibilidade.

DESENVOLVIMENTO

Para compreender a sexualidade das pessoas com deficiência é necessário situá-la em um contexto histórico e social. Teixeira (2010) mostra que, a partir do século XX, transformações sociais e movimentos de contestação impulsionaram a criação de legislações voltadas para grupos antes marginalizados, como mulheres, crianças e pessoas com deficiência. Nesse processo, a sexualidade deixou de ser compreendida apenas em termos biológicos, passando a ser vista como construção social, sujeita a normas, discursos e disputas de poder.

Nesse sentido, Omote (1980) propõe entender a deficiência como fenômeno social, e não apenas biológico. A problemática, portanto, não reside no corpo da pessoa com deficiência, mas nas barreiras impostas pela sociedade, que naturaliza a crença em sua incapacidade.

Essa concepção se articula com a ideia de que a escola e outras instituições disciplinam corpos e comportamentos, regulando inclusive a expressão da sexualidade feminina e masculina, pois as relações entre gênero e sexualidade são atravessadas por padrões normativos.

Teixeira (2010) observou que, no ambiente escolar, educadoras/es tendem a repreender manifestações de sexualidade em meninas com deficiência, enquanto comportamentos semelhantes de meninos muitas vezes são ignorados. Essa discrepância revela como os discursos de gênero constroem expectativas distintas: a mulher é associada ao recato e ao controle, enquanto a sexualidade masculina é tratada como

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



natural. Assim, a mulher com deficiência sofre dupla restrição: por ser mulher e por carregar o estigma da deficiência.

Diniz (2003) argumenta que a primeira fase do modelo social de deficiência está pautada no fato de que o problema da deficiência está na sociedade que não está adaptada à diversidade dos corpos, ou seja, o problema estaria nas barreiras e, sem elas, as pessoas com deficiência poderiam alcançar a independência.

Enquanto o modelo social sob a perspectiva das teorias feministas, considerado a segunda fase do modelo social de deficiência, trouxe para o debate a perspectiva do cuidado, da subjetividade além de outros marcadores sociais de diferença como etnia/raça, classe, gênero e sexualidade, além de pontuar a relação de dependência e interdependência do corpo.

Os estudos de Marafon; Piluso (2020), em diálogo com a teoria *queer* e a teoria *crip*, permitem compreender como corpos não normativos transgridem e subvertem as lógicas da heterossexualidade compulsória e da capacidade compulsória. As autoras acreditam que o cruzamento teórico entre o Modelo Social da Deficiência (Diniz, 2003), uma abordagem interseccional, influenciada pela teoria *crip* pode trazer contribuições para a compreensão das estruturas de opressão que atravessam a vida das mulheres com deficiência.

As autoras argumentam que a heterossexualidade compulsória é uma instituição política que retira o poder das mulheres e é uma ideologia na qual conservadores temem perder espaço e tratam de desqualificar outras formas de pensar a sexualidade que não seja a referência dominante. Essa heteronormatividade acaba por se estabelecer como um regulador das vidas e condutas das pessoas, inclusive das pessoas com deficiência.

Ao analisar gênero e deficiência sob a perspectiva interseccional, as autoras mostram como diferentes sistemas de opressão se entrelaçam na construção das desigualdades. As mulheres com deficiência vivenciam discriminações simultâneas: por serem mulheres, por serem deficientes e, muitas vezes, por pertencerem a outros grupos historicamente marginalizados.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Essa intersecção evidencia que a sexualidade dessas mulheres é constantemente negada, seja pela infantilização, seja pela desqualificação de seus corpos como incapazes de sentir prazer ou estabelecer vínculos afetivos, reforçando, assim, a importância da articulação entre deficiência e gênero para a formulação de políticas públicas que enfrentem desigualdades e promovam o cuidado sem hierarquizar corpos.

Serra *et. al.* (2020), por sua vez, assinalam que ainda são escassas as pesquisas que associam gênero, deficiência e sexualidade, o que reforça a urgência em dar visibilidade a essas questões, pois ao promover a inclusão, o respeito à deficiência e à diversidade de gênero e às orientações sexuais, constitui um mecanismo importante para enfrentamento da heteronormatividade e para a garantia de dignidade e cidadania às pessoas homoafetivas com deficiência.com corpos e necessidades diversas.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A abordagem qualitativa busca compreender fenômenos sociais em sua complexidade, privilegiando a interpretação e a análise contextual dos dados. Para Yin (2016), a pesquisa qualitativa parte da premissa de que os fenômenos devem ser compreendidos em seu contexto natural, o que demanda atenção à multiplicidade de fatores sociais, culturais e subjetivos que os constituem.

A pesquisa exploratória, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), tem como finalidade aprofundar ideias, levantar hipóteses e fornecer maior familiaridade com o tema investigado, sobretudo em contextos em que ainda há escassez de estudos sistematizados.

Para o desenvolvimento deste estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com base em materiais já publicados, a fim de mapear produções científicas relacionadas à interface entre deficiência, gênero e sexualidade. Conforme destaca Gil (2024), esse tipo de pesquisa permite sistematizar conhecimentos prévios, identificar lacunas e construir fundamentação para novos estudos. Foi realizado o levantamento bibliográfico no Portal

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
 DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
 Evento híbrido



de Periódicos da CAPES, em maio de 2025, mas atualizado em agosto de 2025, utilizando-se como descritores os termos “deficiência”, “mulher” e “sexualidade”, combinados por meio do operador booleano *AND*. Foram aplicados os filtros *acesso aberto* e *artigos revisados por pares*, resultando em seis estudos.

No Quadro 1, apresentamos o resultado da pesquisa, com seus autores, ano de publicação e objetivos de pesquisa.

Quadro 1 – Levantamento bibliográfico de pesquisas

Autores	Ano de publicação	Objetivo Geral
Di Girolamo	1995	Analisar aspectos da sexualidade de mulheres com deficiência física, abordando concepções sociais, barreiras e possibilidades de vivência da sexualidade dessas mulheres. .
Vincentiis et al	2007	Investigar a sexualidade de adolescentes com epilepsia, com foco em questões clínicas, incluindo conhecimentos, comportamentos e impactos da condição clínica na vida sexual. .
Pilger e Gruszynski	2021	Analisar a inclusão das mulheres gordas nas capas da revista Donna e sua relação com a moda a partir da perspectiva interseccional, que pensa gênero atravessado pelas categorias de raça, classe, sexualidade, faixa etária, estética e deficiência.
Marafon e Piluso	2021	Problematizar as intersecções entre transgeneridade e deficiência, discutindo experiências corporais, identidades e processos de exclusão e resistência.
Gomes et al.	2023	Analisar uma estratégia de intervenção da Terapia Ocupacional Social voltada para cuidadoras informais de pessoas com deficiência intelectual, discutindo experiências de cuidado, apoio coletivo e fortalecimento das mulheres cuidadoras.
Santos	2023	Analisar como gênero e raça se articulam nas experiências de estudantes em uma instituição educacional especializada em deficiência visual.

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES, 2026.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Durante a leitura dos artigos apresentados pela busca, observamos que dois deles se distanciam das discussões a respeito da sexualidade da mulher com deficiência. O primeiro é o artigo de Pilger; Gruszynski (2021), pois tem como direcionamento discutir as visibilidades e invisibilidades das mulheres gordas na temática da moda cujos corpos são invisibilizados nas narrativas sociais e midiáticas.

Apesar das grandes contribuições desse estudo em analisar a inclusão de mulheres gordas nas capas de uma revista de moda, a partir da perspectiva interseccional, demonstrando que gordofobia possui marcadores diferentes quando é atravessada pelas categorias de raça, classe, sexualidade, faixa etária, estética e deficiência, não apresenta discussões a respeito de mulheres com deficiência no âmbito da revista, inclusive destaca que nenhuma capa da revista em questão visibilizou gordas com deficiência, por exemplo, configurando também uma discriminação por estes corpos dissidentes.

Outro artigo que se distancia do propósito da discussão é o estudo de Vincentiis *et. al.* (2007) que se concentra em avaliar aspectos relacionados à sexualidade de adolescentes com epilepsia, priorizando aspectos clínicos e biomédicos, levando em consideração que, historicamente, jovens que possuem doenças crônicas como a epilepsia, são consideradas infantilizadas e sem atividade sexual, mas que a despeito da síndrome epilética, apresentava a libido e a satisfação sexual preservadas, porém, não desenvolve reflexões mais amplas sobre gênero e deficiência, tendo em vista que essa última categoria foi um dos critérios de exclusão de participantes da pesquisa.

No caso do artigo de Gomes *et. al.* (2023) que tem como foco cuidadoras informais de pessoas com deficiência intelectual, abordando experiências de cuidado e estratégias de intervenção social a partir da Terapia Ocupacional, também não apresenta discussões a respeito da sexualidade da mulher com deficiência, mas traz aproximações sobre o debate, a partir do modelo social de deficiência, pois

“(...) a experiência das mulheres não deficientes, porém com experiência relacionada à deficiência como cuidadoras também provocou a revisão de pressupostos e abalou o argumento de autoridade que existia de que era preciso ser deficiente para ser possível falar de deficiência” (Marafon; Piluso, 2020, p.114).

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Ou seja, o estudo traz reflexões a partir de pressupostos teórico-metodológicos que dialogam com as discussões sobre gênero e os estudos das deficiências, entrelaçado na interseccionalidade de raça, gênero, sexualidade e classe como uma construção social e histórica e que atravessa essas mulheres cuidadoras e como isso afeta suas vidas, tendo em vista que são “mulheres do mundo real que sofrem com problemas de autoestima e autoaceitação por não se encaixarem em padrões sociais impostos e muitas vezes por serem estigmatizadas em razão da deficiência do familiar, classe e cor” (Gomes et. al., 2023).

Desse modo, este e os demais artigos convergem mais diretamente com a problematização proposta neste estudo, resultando numa análise interpretativa dos próximos artigos (Di Girolamo, 1995; Marafon; Piluso, 2021; Santos, 2023). Ao analisar os artigos selecionados, foi possível observar que a sexualidade da mulher com deficiência permanece marcada por invisibilidade, estigmatização e normatividade social restritiva.

Di Girolamo (1995) revela que, já naquele ano de publicação do estudo, estudiosos estavam rompendo com o “mito da assexualidade do deficiente”. A maioria desses estudos tratava da disfunção sexual do homem com deficiência, evidenciando, contudo, a necessidade de mais pesquisas sobre a sexualidade da mulher com deficiência.

Seu trabalho como psicoterapeuta, especialista em reabilitação, evidenciou os problemas vivenciados por essas mulheres, como a falta de identificação com o padrão estético de beleza, os preconceitos dos homens em se relacionar com uma mulher com deficiência e a falta de informações sobre a sexualidade, bem como a ausência de serviços de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.

O autor relata que essas mulheres eram frequentemente infantilizadas e tinham seu desejo sexual negado ou silenciado, destaca, inclusive, o espanto das pessoas quando viam uma mulher com deficiência física grávida e observou que os centros de reabilitação e demais instituições de saúde não incluíam, em seus programas, um trabalho de

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



planejamento familiar voltado às mulheres com deficiência. Além disso, médicos e profissionais de saúde normalmente desestimulavam o desejo de engravidar dessas mulheres. Outro marcador importante era a opção sexual dessa mulher com deficiência que era duplamente discriminada se fosse lésbica, por exemplo. O estudo não traz enfoques sobre os recortes de classe e raça/etnia, o que poderia enriquecer as discussões e avaliarmos os condicionantes que tornam possíveis o acesso ou não de políticas voltadas às mulheres com deficiência.

Marafon; Piluso (2021) dialogam com a teoria *queer* e a teoria *crip* para analisar experiências de corpos dissidentes, considerando interseccionalidades de gênero, deficiência e, em alguns casos, etnia/raça e classe. O estudo evidencia que regimes normativos, como a heterossexualidade compulsória, criam uma estrutura opressora sobre os corpos, impondo limites à vivência da sexualidade, pois muitos corpos que não se enquadram nos padrões normativos da sociedade são frequentemente considerados desviantes e, por isso, têm seu pertencimento social e seus direitos questionados.

As autoras refletem que discussões sobre as concepções gênero, enquanto uma construção social, são mais aceitáveis em nossa sociedade do que a deficiência que ainda costuma ser compreendida predominantemente a partir de uma perspectiva biológica ou individual, sem que sua dimensão histórica e social seja igualmente evidenciada, mas que a partir dos estudos da deficiência foi possível trazer essa pauta para as relações que produzem a deficiência como uma categoria de análise social.

A pesquisa realiza uma descrição de episódios de um canal no Youtube sobre as narrativas de uma mulher transgênera e de uma mulher com deficiência, problematizando questões que atravessam esses corpos como “as dificuldades de transitar pela cidade, os olhares de estranhamento alheio e a capacidade compulsória, abordando ainda questões relativas a sexualidades, transexualidade, representatividade, acessibilidade e capacitismo” (Marafon; Piluso, 2021, p.33).

Em contrapartida, essas mesmas narrativas de mulheres que revelam suas dificuldades, revelam também estratégias de transgressão e resistência ao ocupar espaços

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



digitais (canal no *Youtube*) e expor suas narrativas e vivências para romper com os padrões normativos.

Santos (2023) apresenta suas práticas pedagógicas enquanto professora de estudantes com deficiências, através de um relato de experiência, abordando as relações de gênero, etnia/raça e sexualidade. Seu estudo contribui de forma significativa para o debate sobre a interseccionalidade ao analisar como gênero e raça se articulam nas experiências de estudantes com deficiência visual (DV) em uma instituição educacional especializada, demonstrando em sua pesquisa que a deficiência não pode ser analisada como uma categoria isolada, pois sua vivência está diretamente relacionada a outros marcadores sociais, como anticapacitismo, gênero, raça/etnia e classe social.

A interseccionalidade na educação sinaliza para a necessidade de professores de Educação Especial refletirem sobre as tensões causadas por uma complexa intersecção de opressões, criando elementos muito singulares destas discriminações e, também, nuances específicas de cada vivência dos educandos em questão. Além destes elementos de intersecção, existem também diferentes trajetórias de vida, classe social ou arranjos familiares deste educando DV, por isso é indispensável pensar em ações pedagógicas que se orientem metodologicamente a partir desta perspectiva (Santos, 2023, p. 200).

Dessa forma, o artigo revela como as desigualdades sociais são reproduzidas também no interior de instituições educacionais voltadas para pessoas com deficiência, ao perceber que não havia um projeto pedagógico voltado para a dinâmica vivida por estes alunos que, em sua maioria apresentavam fenótipos negroides como destaca a autora, mas desconheciam ou rejeitavam suas identidades étnicas, reflexo da falta de um trabalho que envolvesse os estudos étnico-raciais, bem como em relação às questões sobre gênero e sexualidade, pois a autora percebeu um certo desconforto dos docentes na abordagem da temática, mesmo quando alguns deles faziam parte do conteúdo curricular de Ciências.

Nesse sentido, a autora relaciona a ausência de um currículo antiracista e anticapacitista nas instituições escolares ao esvaziamento de pautas sobre diversidade e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



inclusão na educação, bem como compromete a construção de uma identidade reconhecedora de direitos e capacidades.

Sendo assim, se constrói o senso comum no imaginário social de que pessoas com deficiência possuem sexualidade incompleta ou mesmo inexistente, por isso são educadas para serem indefesas e dependentes, desprovido-se de comportamentos relacionados aos desejos sexuais. [...] Não se leva no ambiente escolar elementos importantes em consideração tais como: a apresentação do conteúdo curricular de maneira objetiva e a abertura de diálogo quanto às suas especificidades físicas e emocionais nesta fase (Santos, 2023, p. 205).

Dessa forma, seu estudo também contribui para refletirmos sobre os desafios quanto à abordagem de temas considerados sensíveis dentro do ambiente escolar como a sexualidade, onde a escola, por muitas vezes, reproduz concepções marcadas por estigmas, evitando ou restringindo os debates sobre sexualidade, principalmente quando se trata do público com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar como os discursos sociais, culturais e médicos constroem estigmas em torno da sexualidade da mulher com deficiência, discutindo os efeitos dessas construções sobre sua autonomia e o reconhecimento de seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como as formas de resistência que emergem frente a esses processos de invisibilidade.

A análise conjunta desses estudos evidencia pontos importantes: a sexualidade da mulher com deficiência é sistematicamente regulada e marginalizada. Elas sofrem com problemas de autoestima e autoaceitação por não se encaixarem em padrões sociais estéticos propagadas pela mídia. Seus corpos são impostos à heteronormatividade, pois sofrem com o preconceito ao estabelecerem relações homoafetivas e o capacitismo atua como regime de controle social, quando lhes são negados direitos e orientações sobre sua sexualidade, como prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, atendimento médico apropriado, planejamento familiar e/ ou mesmo quando aconselhadas a não terem filhos.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



 **8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido



Ainda assim, emergem espaços de resistência e afirmação de direitos, seja aqueles promovido por grupos de assistência social, seja por iniciativa individual ou coletiva de mostrar suas experiências, de propagar sua voz na sociedade por meio de canais de mídia (youtube) e mostrarem suas existências e diversidades ou na mudança de práticas pedagógicas que possibilitem diálogos sobre suas necessidades. No entanto, persiste uma lacuna significativa em termos de políticas públicas e práticas educativas que assegurem autonomia, conhecimento sobre seus corpos e sexualidades e informação acessível.

Os resultados sugerem que a discussão sobre sexualidade deve incorporar uma abordagem interseccional, considerando gênero, deficiência e outras desigualdades sociais, para promover o reconhecimento de seus direitos, bem como direitos sexuais e reprodutivos dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Débora. *Modelo social de deficiência: a crítica feminista*. Brasília: Série Anis, n. 28, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. [4ª Reimpr.] - São Paulo: Atlas, 2024.

GIROLAMO, Fabiano Puhlmann Di. A sexualidade da mulher portadora de deficiência física. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, [S. l.], v. 6, n. 2, 1995. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v6i2.782>. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/782. Acesso em: 5 ago. 2025.

GLAT, Rosana, FREITAS, Rute Cândida de. *Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 1996.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



GOMES, Crystian Moraes Silva et al. Encontro de mulheres poderosas: estratégia de intervenção em terapia ocupacional social com cuidadoras informais de pessoas com deficiência intelectual. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 31, n. spe, p. e3402, 2023.

MARAFON, Giovanna; PILUSO, Roberta Pinheiro. Deficiência, mulheres e cuidado: intersecções em relações jurídico-sociais aplicadas. *Teoria Jurídica Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 110-134, jan./jun. 2020.

MARAFON, Giovanna; PILUSO, Roberta Pinheiro. Criações e transgressões no diálogo entre transgeneridade e deficiência: “entre travas e rodas”. *Educação em Análise*, Londrina, v. 6, n. 1, p. 30-51, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2021v6n1p30>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/41113>. Acesso em: 5 ago. 2025.

OMOTE, Sadao. *A Deficiência com um Fenômeno Socialmente Construído*. Tema da Conferência da XXI Semana da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciência Sociais e da Documentação da UNESP de Marília, São Paulo, 1980.

PILGER, Caroline Roveda.; GRUSZYNSKI, Ana. Subalternas e marginalizadas: as mulheres gordas e a moda nas capas da revista Donna. *dObras[s] – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda*, [S. l.], n. 33, p. 111-134, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26563/dobras.i33.1432>. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1432>. Acesso em: 5 ago. 2025.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. *Metodologia de Pesquisa*. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Mariana dos Reis. “Eu sou a branquinha do papai”: as intersecções de gênero e raça numa instituição educacional especializada em deficiência visual. *Ambivalências*, São Cristóvão, v. 11, n. 21, p. 194-218, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v11n21p194-218>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/19367>. Acesso em: 5 ago. 2025.

SERRA, Isadora Oliveira et al. A pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, e728986157, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6157>.

TEIXEIRA, Rita de Cássia Costa. Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental. *Revista Latino-Americana de Geografia*

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



e Gênero, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 309-317, ago./dez. 2010. DOI:
<http://dx.doi.org/10.5212/Rlagg.v.1.i2.309317>.

VINCENTIIS, Sílvia de et al. A sexualidade nas adolescentes com epilepsia. *Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology*, v. 13, n. 3, p. 103-107, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1676-26492007000300003>

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*; tradução: Daniel Bueno, revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre, Penso, 2016.